

SUPERMERCADO

CNPJ: 64.200.520/0001-20
INSCR. ESTADUAL 183.700916.0093

VIDIGAL LTDA

TEL: 31 3762-2496

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2023 PROCESSO LICITATÓRIO 010/2023

Supermercado Vidigal Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 64.200.520/0001-20 com sede na Rua Amazonas, nº 512, Bairro São João, cidade Conselheiro Lafaiete – MG, por meio de seu representante legal o Sr. José Antônio Vidigal Pereira, brasileiro, Empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº M- 9.028.147 e CPF nº 841.571.436-04, residente e domiciliado na Avenida Geraldo Plaza, nº 3648, Bairro Amaro Ribeiro, Conselheiro Lafaiete - MG, devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em referência, vem tempestivamente perante V.Sa., com fundamento no item 13 do referido Edital do Certame , interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face das propostas apresentadas pelas empresas declaradas vencedoras no que refere aos itens 3, 6, 9, 10, 12, 18, 20, 44 do presente certame licitatório, o que faz pelos seguintes motivos de fato e de direito a seguir expostos.

DOS FATOS E REZÕES RECURSAIS



RUA: AMAZONAS, 512 – BAIRRO: SÃO JOÃO – CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

TELEFAX (31) 3762-2496/98402-3100 e-mail: supvidigal@yahoo.com.br ou vidigalnet@hotmail.com

SUPERMERCADO

CNPJ: 64.200.520/0001-20
INSCR. ESTADUAL 183.700916.0093

VIDIGAL LTDA

TEL: 31 3762-2496

O Edital traz como objeto da presente licitação, a escolha da proposta mais vantajosa para o **Aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação, para utilização na alimentação escolar, conforme descritivos previstos no item 19 e Anexo I deste Edital**, conforme especificado no Termo de Referência e demais anexos, que fazem parte deste Edital independentemente de transcrição.

Em face da legislação vigente, bem como o Edital do pregão em tela, o qual é lei entre as, verifica-se que as empresas recorridas deixaram de cumprir com exigências editalícias, haja vista que apresentou sua proposta em desacordo com as referidas normas, uma vez que algumas MARCAS vinculadas a este instrumento não atende as exigências do termo de referência ANEXO I, fato este que fez com que as recorridas sagssem vencedoras do certame em tela, levando, indevidamente, vantagens sobre as demais licitantes gerando assim uma afronta a princípios que norteiam os processos licitatórios, conforme apresentamos a seguir:

O item 3 – exige que a MARCA do Achocolatado a ser oferecida, apresente as seguintes características: “Embalagem: **caixa de papelão com saco de polietileno, ou pote plástico**. Com **peso líquido de 1 kg cada**”

A recorrente presa pela observância dos termos editalícios e decidiu não apresentar proposta para o item, tendo em vistas que os produtos nas condições exigidas pelo edital estaria com valor estimado muito abaixo do valor praticado atualmente no mercado.

As marcas apresentadas no processo, que estão sendo ofertadas na plataforma abaixo do preço estimado, não atendem ao que se exige no edital, uma vez que os produtos devem ser entregues em embalagens de 1 kg, **caixa de papelão com saco de polietileno, ou pote plástico**.



RUA: AMAZONAS, 512 – BAIRRO: SÃO JOÃO – CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

TELEFAX (31) 3762-2496/98402-3100 e-mail: supvidigal@yahoo.com.br ou vidigalnet@hotmail.com

SUPERMERCADO

CNPJ: 64.200.520/0001-20
INSCR. ESTADUAL 183.700916.0093

VIDIGAL LTDA

TEL: 31 3762-2496

Os itens 6, 9, 10 e 12 – exigem que as MARCAS oferecidas, apresentem além de várias outras características que as **Embalagens sejam de 400gr.**

Ao analisar os produtos ofertados, identificamos que as marcas apresentadas não apresentam as versões em embalagens de 400gr, excetuando a marca PRODASA.

Já quanto ao item 18 – identificamos que a marca Café Mollito não possui selo de qualidade ABIC vigente para a versão “ALTO VÁCUO - EXTRA FORTE”, conforme pode-se auferir no seguinte endereço eletrônico <https://www.abic.com.br/certificacoes/qualidade> o produto vem sendo comercializado com selo ABIC mas não é EXTRA FORTE.

Para o item 20 – exigisse **EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO** composto por tomate, sem pele, sem semente, sem adição de sal e açúcar. A MARCA ofertada COLONIAL apresenta em sua composição sal e açúcar.

Por fim o item 44 - **TEMPERO DE BOA QUALIDADE** - Composto por sal, cebola, alho, Realçador de sabor glutamato monossódico, salsa, manjeriço, cebolinha e antioxidante (ácido cítrico), não pode ser associado as marcas SACY e PITANGUI que são produtos apresentados apenas com os ingredientes alho e sal.

É notório que o edital foi confeccionado através do mecanismo “copia e cola” no que se refere as descrições dos produtos e estes sofreram alterações no decorrer dos anos, tendo as gramaturas e composições alteradas, fazendo com que o que se pretendia no ano de 2017 não se alcançará em 2023, além de existir a falta de compromisso de muitos concorrentes em não analisar minuciosamente os descritivos e de propor produtos alternativos.

As empresas concorrentes irão reconhecer o que a recorrente alega, por conhecerem os produtos ofertados por eles e saberem que realmente não atende ao que se pede, devendo declarar tal situação para que futuramente não sofram penalidades. Sendo necessário, o setor licitante deverá declarar os itens frustrados para que os responsáveis possam fazer uma nova pesquisa de mercado e readaptar as descrições ao



RUA: AMAZONAS, 512 – BAIRRO: SÃO JOÃO – CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

TELEFAX (31) 3762-2496/98402-3100 e-mail: supvidigal@yahoo.com.br ou vidigalnet@hotmail.com

que se pretende, evitando que haja favorecimentos aos recorridos de forma que a atitude em aceitar as propostas acabam por frustrar a competitividade do certame.

Elucidamos que após os atos processuais e contratação o vencedor deverá executar o contrato em conformidade estrita com os termos, condições e cláusulas definidas no edital. Em decorrência lógica os contratos deverão ser executados conforme as propostas apresentadas no que se refere a entrega dos bens e nas MARCAS que foram ofertadas e aceitas pela administração. Sabe-se também que em casos de circunstâncias que dificultem a entrega de uma determinada MARCA, a administração pode aceitar outra MARCA com as seguintes condições:

1 - Se a nova marca não implicar em prejuízo para a **Administração** e para os **direitos daqueles que participaram da licitação**. 2 – Se a marca satisfazer as necessidades técnicas e apresentarem as características exigidas no ato convocatório. 3 – Se o fornecedor **solicitar formalmente** a troca de marca, justificado os motivos supervenientes.

Exemplo do próprio processo é aceitar um Achocolatado em embalagem plástica simples, enquanto no edital exige que **seja em caixa unitária com um pacote dentro de 1 kg ou em pote de 1 kg**. Todos os envolvidos no processo tem o hábito de comprar achocolatado para uso pessoal e sabem que as embalagens exigidas no edital tornam o produto mais oneroso, por ter qualidade superior em comparação com o produto ofertado em embalagem simples. Portanto há nesse caso o prejuízo para administração e para quem concorreu com o produto correspondente as exigências editalícias.

Outro exemplo é exigir no processo tempero completo em pote de 500gr composto por especiarias, e receber do fornecedor, tempero alho e sal de 500gr em saquinhos plásticos que custam menos da metade do produto que se exigiu, enriquecendo ilicitamente o fornecedor.

É ilícito também licitar produtos em gramatura menor, como por exemplo licitar produtos em embalagens de 400gr e receber o produto em embalagem de 1 kg, tendo em



SUPERMERCADO

CNPJ: 64.200.520/0001-20
INSCR. ESTADUAL 183.700916.0093

VIDIGAL LTDA

TEL: 31 3762-2496

vistas que um produto em versão maior no que se refere a gramatura, é adquirido por menor valor em proporcionalidade pelo fornecedor, de forma a beneficia-lo em relação aos demais concorrentes. É evidente que se o fornecedor provar que não há lucro indevido o ato pode ser praticado.

Este tema vem sendo visto pelos profissionais dessa administração com um certo equívoco, onde a recorrente ao indagar informalmente vários representantes de setores, recebeu a resposta de que os contratos estão sendo confeccionados sem MARCA e que receberam a orientação de que é necessário se atentar apenas ao que se exige na descrição do produto. Sucede que o fornecedor não pode alterar as marcas dos produtos por livre e espontânea vontade é necessário que seja interposto requerimento solicitando previamente a troca, para que seja analisado pelo setor solicitante e posteriormente seja elaborado um termo aditivo de contrato alterando a marca do produto a ser fornecida, do contrário, seria dispensável especificar marca ao apresentar uma proposta, conforme solicita o item 7.1.3 do edital.

Dando prosseguimento, a recorrente tem ciência que o respectivo edital não solicitou apresentação de amostra, no entanto, quando provocada a Administração deve instaurar procedimentos que possam reparar os atos já praticados e que venha ser por vício. Conforme item 9.5.2 do edital.

Entende-se que os processos licitatórios na modalidade pregão têm como objetivo a contratação de forma célere, desburocratizada e mais vantajosa à Administração, no entanto, o princípio da economicidade visa obter estes atributos sem que se perca a qualidade das propostas.

No sistema jurídico vigente, o Edital constitui lei entre as partes, ao especificar o objeto da licitação, determina direitos e deveres dos licitantes e do Poder Público, bem como estabelecer o procedimento apropriado ao exame e julgamento das propostas.

É recorrente em processos licitatórios, diversos licitantes não se atentarem ao edital, desta forma após homologado os processos, as Administrações acabam vinculadas à



RUA: AMAZONAS, 512 – BAIRRO: SÃO JOÃO – CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

TELEFAX (31) 3762-2496/98402-3100 e-mail: supvidigal@yahoo.com.br ou vidigalnet@hotmail.com

SUPERMERCADO

CNPJ: 64.200.520/0001-20
INSCR. ESTADUAL 183.700916.0093

VIDIGAL LTDA

TEL: 31 3762-2496

empresa que não conseguem executar os contratos, por simples inobservância dos termos legais. É fácil identificar essa questão, tendo as claras que processos realizados anteriormente estejam sendo executados parcialmente, trazendo prejuízo a administração com a falta de alguns materiais.

O edital em tela é taxativo quanto a necessidade dos licitantes se atentarem as condições do edital, conforme nos itens 8.20 e 17.2.

8.20 O licitante inabilitado responderá pelas sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e neste edital, considerando que este manifestou, quando do registro de sua proposta comercial, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação. Grifo nosso

17.2 O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, semprejuízo das multas previstas em lei, no contrato e das demais cominações legais.

Ademais são fatos que ocorrem frequentemente, inclusive neste certame temos vários exemplos e enquanto as Administrações não colocarem em prática as determinações legais, vão perdurar as circunstâncias.

Dando prosseguimento, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração Pública a cumprir fielmente as regras previamente disciplinadas para o certame, consoante previsto no art. 3º, caput, coadjuvado com o art. 41 da Lei nº 8.666/1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio



RUA: AMAZONAS, 512 – BAIRRO: SÃO JOÃO – CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

TELEFAX (31) 3762-2496/98402-3100 e-mail: supvidigal@yahoo.com.br ou vidigalnet@hotmail.com

SUPERMERCADO

CNPJ: 64.200.520/0001-20
INSCR. ESTADUAL 183.700916.0093

VIDIGAL LTDA

TEL: 31 3762-2496

constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Art. 41. “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

No que tange a vinculação ao edital esse princípio impõe que o edital é a lei interna da Licitação e, como tal, vincula aos seus termos, tanto aos licitantes, quanto a Administração que o expediu.

Na percepção de Diógenes Gasparini:

"Submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital".

Ainda nesse sentido Hely Lopes Meirelles:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. ,(in "Direito Administrativo Brasileiro", 26ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, Malheiros Editores, São Paulo, 2001, p. 259)".



RUA: AMAZONAS, 512 – BAIRRO: SÃO JOÃO – CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

TELEFAX (31) 3762-2496/98402-3100 e-mail: supvidigal@yahoo.com.br ou vidigalnet@hotmail.com

SUPERMERCADO

CNPJ: 64.200.520/0001-20
INSCR. ESTADUAL 183.700916.0093

VIDIGAL LTDA

TEL: 31 3762-2496

A não aplicabilidade dos ditames legais irá beneficiar unicamente as empresas recorridas vencedoras do certame, que terá o objeto homologado a seu favor, a despeito de ter ofertado proposta com produtos incompatíveis com as exigências, uma vez que, ao aplicar todas correções necessárias, o preço final será maior que o lance ofertado.

Essa circunstância enseja reprovável desigualdade entre os licitantes, em evidente descumprimento ao disposto nos arts. 37, caput e inc. XXI, da Constituição Federal e 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Confira-se o comando constitucional:

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e também, ao seguinte:
(...)*

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Neste sentido, a Lei nº 9.784/98, instrumento de ampla carga principiológica aplicável a todos os processos administrativos na Administração Pública brasileira, assim determina:

“Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade,



RUA: AMAZONAS, 512 – BAIRRO: SÃO JOÃO – CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

TELEFAX (31) 3762-2496/98402-3100 e-mail: supvidigal@yahoo.com.br ou vidigalnet@hotmail.com

SUPERMERCADO

CNPJ: 64.200.520/0001-20
INSCR. ESTADUAL 183.700916.0093

VIDIGAL LTDA

TEL: 31 3762-2496

moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.”

(...)

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

(...)

VIII – observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

Na licitação a isonomia significa que todos os particulares que tencionem contratar com a Administração Pública devem concorrer em igualdade de condições, vedado o oferecimento de vantagem a um e não extensiva a outro.

Já o princípio do julgamento objetivo significa que as empresas terão suas propostas julgadas na medida e na forma em que as apresentaram, não cabendo em nenhuma hipótese, quando do julgamento, o afastamento casuístico de regras editalícias em razão das particularidades de cada licitante.

O descompasso com os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e com os fatores exclusivamente nele referidos para seleção dos concorrentes afrontaria, por conseguinte, o dever de julgamento objetivo prenunciado no art. 45, caput, da Lei nº 8.666/19931:

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.



RUA: AMAZONAS, 512 – BAIRRO: SÃO JOÃO – CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

TELEFAX (31) 3762-2496/98402-3100 e-mail: supvidigal@yahoo.com.br ou vidigalnet@hotmail.com

Com o devido respeito, não cabe ao pregoeiro e ao setor solicitante flexibilizar nesse ponto o cumprimento da Lei e das normas Editalícias estando evidenciado que alguns produtos ofertados pelas recorridas NÃO ATENDEM AO EDITAL.

Sendo assim, cabe ao pregoeiro fazer todas as diligências possíveis (requerer amostras, diligências e o que mais o for imputado), antes da adjudicação, visando eficiência e eficácia do pregão, uma vez que diversos Órgãos Públicos tem sido induzidos a erro, aceitando a simples declaração de que o produto atende ao edital, acarretando diversos transtornos e prejuízos ao erário público, uma vez que certas empresas deixam de entregar ou entregam produtos que não atendem as necessidades dos setores solicitantes.

DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PARA RECORRER

O Recurso Administrativo, como corolário do duplo grau de jurisdição administrativo e do direito de petição, e de estrita observância aos princípios Constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, é a forma a ser utilizada pelo administrado no intuito de obter reforma de ato administrativo, devendo ser dirigido à autoridade competente.

“Constituição Federal de 1988:

Artigo 5.º, LV – aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Artigo 5.º, XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:



SUPERMERCADO

CNPJ: 64.200.520/0001-20
INSCR. ESTADUAL 183.700916.0093

VIDIGAL LTDA

TEL: 31 3762-2496

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder”.

Assim, leciona Benedicto de Tolosa Filho, em sua obra “Pregão - Uma Nova Modalidade de Licitação”, pg.78, in verbis:

“Quando houver irregularidade no procedimento da licitação, pela ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a abertura deverá promover sua anulação, de ofício ou por provocação de terceiros, fundamentando sua decisão, observando o direito de ampla defesa previsto no art.49 da Lei Federal, nº 8666/93, o que resulta, evidentemente, na anulação do contrato.”

Ainda cabe ressaltar o descrito na lei 8.666/93, que em seu art. 3º, Caput, preceituou expressamente que:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório,....”.

DO PEDIDO

Diante das considerações e disposições acima, respeitosamente requer diligência no sentido de exigir amostra dos produtos supracitados, que compõe o processo licitatório de acordo com o artigo 43 § 3o da Lei 8666/93



RUA: AMAZONAS, 512 – BAIRRO: SÃO JOÃO – CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

TELEFAX (31) 3762-2496/98402-3100 e-mail: supvidigal@yahoo.com.br ou vidigalnet@hotmail.com

SUPERMERCADO

CNPJ: 64.200.520/0001-20
INSCR. ESTADUAL 183.700916.0093

VIDIGAL LTDA

TEL: 31 3762-2496

Posteriormente requer-se a desclassificação das propostas recorridas, pois estão eivadas de vício ferindo de forma brutal os princípios administrativos, não atendendo as especificações editalícias, visando analisar as propostas subsequentes até que se aprove uma proposta adequada ou que seja designado o item como frustrado.

Que seja esclarecido as condições e entendimentos dessa administração, quanto as trocas de marcas contratadas, se é possível sem anuência dos responsáveis desde que o produto atenda as descrições do edital ou se é necessário que seja formalmente solicitada e justificada pelos fornecedores.

Em caso de não atendimento dos requerimentos acima expostos, que seja possibilitado o acompanhamento da entrega e vistoria dos materiais, nas datas em que estes forem apresentados pelo licitante vencedor.

Requer ainda, que este recurso seja acolhido na sua íntegra.

Tudo isso como forma de se efetivar a mais ampla JUSTIÇA!

Conselheiro Lafaiete, 22 de Março de 2023.



RUA: AMAZONAS, 512 – BAIRRO: SÃO JOÃO – CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

TELEFAX (31) 3762-2496/98402-3100 e-mail: supvidigal@yahoo.com.br ou vidigalnet@hotmail.com